

NEOLIBERALISMO E OS ANTECEDENTES DA “CRISE” DO ESTADO¹

Profª. Doutora Maria Cristina Soares Paniago
Faculdade de Serviço Social
Universidade Federal de Alagoas

Resumo

O que nos interessa abordar, nesta comunicação, é o relacionamento intrínseco entre crise do capital, neoliberalismo e Estado, resgatando as relações causais entre estes e a ordem do capital, uma vez que exercem uma influência determinante sobre o cotidiano de nossas vidas e o futuro da humanidade. E mais, ao assim proceder, pretendemos apontar para o equívoco de, ao nos determos na parcialidade da investigação sobre a crise contemporânea, identificando o Estado como o causador dos desequilíbrios econômicos e sociais atuais, esperarmos que com uma “refuncionalização” do Estado, de caráter popular, poder-se-á reverter os nefastos danos sociais causados aos trabalhadores.

Abstract

Our subject is the intrinsic relationship among the crisis of the capital, Neoliberalism and State, above all the causal relationship among crisis, Neoliberalism, State and the order of capital. They exercise a decisive influence on our daily lives and, also, upon the future of humanity. And also, we intended to argue against the misunderstanding that analyses the present crisis from a partial standpoint when identifies the State as the cause of the economical and contemporary social unbalances. We intend to argue against all kind of hope according to which the present disastrous social consequences for the workers, could be reversed through a popular "refuncionalization" of the State.

Keywords: State, Neoliberalism, structural crisis, struggles of class.

Entender o mundo de hoje implica em nos debruçarmos sobre uma realidade social comprometida em todos os seus poros pela crise estrutural² do capitalismo. Crise econômica, crise política, crise das subjetividades, das artes e das humanidades em geral – formas variadas de expressão da crise de superprodução que caracteriza este modo de produção, já revelada por Marx desde o final do século XIX³.

¹ Comunicação científica apresentada no XI ENPESS, em São Luis, 2008.

² Conforme análise de Mészáros (2002).

³ Com base em Marx, afirma Mandel (1990, p.211/219) em seu estudo sobre a crise do capital, que “A crise econômica capitalista é sempre uma crise de superprodução de mercadorias.”, constituída pelo “excesso de mercadorias sem realização do lucro médio esperado”, e, por consequência, pela “manifestação da queda da

Como vivemos numa sociedade de classes, essas mesmas classes experimentarão os efeitos da crise de forma bastante desigual. Além de se verem comprometidas com sua solução também de pontos de vista de classe diferentes. Enquanto a classe trabalhadora, fundamentalmente, sofre a crise, a classe capitalista se preocupa com a crise e tem a responsabilidade de intervir no curso da crise, pois, de outro modo, não conseguiria manter a reprodução ampliada do capital social global e preservar sua condição de proprietária privada dos meios de produção. Neste sentido, enquanto classe dominante, e diante destas exigências postas pela reprodução social capitalista, está na dianteira na formulação de políticas saneadoras da crise.

O Neoliberalismo, enquanto reação articulada de classe às dificuldades expansionistas do capital, passa a encontrar espaço efetivo, para idéias há muito propagadas (Hayek e seus parceiros reuniam-se em Mont Pelérin nos anos 40 do séc.XX), a partir da crise mundial dos anos 70 (séc.XX). Apresenta-se como um conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais que visam tirar o capitalismo da crise e criar as condições necessárias para a recuperação da lucratividade da ordem global do capital. Essas mesmas medidas realizam objetivos diversos, a depender de quais interesses de classe procuram proteger. De um lado, observa-se uma série de medidas voltadas para a recuperação do lucro dos capitalistas, e de outro, como a contrapartida necessária à situação de crise da lucratividade, imposições restritivas e autoritárias sobre a classe trabalhadora, cujo resultado é a degradação da sua qualidade de vida e de trabalho.

O Estado atua de forma decisiva na implementação, no âmbito de cada país, de tais medidas neoliberais. Vai mesmo encarnar, no desenvolvimento da crise, o papel de principal vilão da crise, através da alegada crise fiscal do Estado, que atuaria como um dos fatores detonadores da crise. Por essa mesma razão, o Estado passa a ocupar a atenção de governantes, intelectuais e organizações dos trabalhadores, como sendo um espaço eficaz de reversão da crise, pois se contornados os problemas que teriam sido gerados por ele no período que antecedeu a crise, poderia, então, entrar nos trilhos e impulsionar a recuperação do crescimento e do emprego.

O que nos interessa abordar, nesta comunicação, é o relacionamento intrínseco entre crise do capital, neoliberalismo e Estado, resgatando as relações causais entre estes e a ordem do capital, uma vez que exercem uma influência determinante sobre o cotidiano de nossas vidas e o futuro da humanidade. E mais, ao assim proceder, pretendemos apontar para o equívoco de, ao nos determos na parcialidade da investigação sobre a crise contemporânea, identificando o Estado como o causador dos desequilíbrios econômicos

taxa de lucro". Mais adiante, acrescenta: "as flutuações da conjuntura são sempre, em última análise, flutuações de acumulações e, portanto, de reprodução ampliada de capital. Mas o processo de reprodução do capital é precisamente a *unidade do processo de produção e reprodução*, como Marx precisou detalhadamente no Tomo II de O Capital."

atuais, esperarmos que com uma “refuncionalização” do Estado, de caráter popular, poder-se-á reverter os nefastos danos sociais causados aos trabalhadores. Tais abordagens denotam explícita ou implicitamente a concepção de Estado como esfera autônoma, o qual, em poder dos trabalhadores, poderia reverter a tendência de crise do capital, através da melhor utilização de seu instrumental político, jurídico e legal, prescindindo-se de qualquer alteração fundamental nas estruturas da ordem reprodutiva do capital.

No Brasil, vivemos momentos bastante elucidadores dos resultados deste tipo de ilusão, basta observar os últimos 20 anos do neoliberalismo aqui gerenciado por personificações do capital dos mais variados espectros ideológicos, e alianças partidárias – esquerda, direita ou centro, no interior do Estado. Mesmo os que se apresentaram como representantes dos trabalhadores e contaram com um corpo de intelectuais, administradores e sindicalistas experimentados da “esquerda”, em nada modificaram a atuação do Estado. Ao invés de “refuncionalizar” o Estado voltando-o para uma atuação popular e social, foram cooptados pela lógica reprodutiva do capital e suas exigências acumulativas a qualquer preço. Sob este ponto de vista a decorrente homogeneização ideológica da representação política dos trabalhadores a serviço da ordem do capital chegou a tal ponto, que hoje é impossível identificar a existência de uma esquerda revolucionária, com base de massa, comprometida com a superação do capital e da desigualdade social.

1. Os Antecedentes da Crise

O capitalismo, desde que adquiriu sua maturidade no séc. XIX, vive acometido periodicamente por crises. É um sistema que produz contradições insanáveis, crise após crise, recuperando-se por meio de novos períodos de crescimento e expansão, os quais apenas promovem o deslocamento das contradições e não sua resolução. Dessa forma, as medidas saneadoras das crises são protelatórias, resultando em novos períodos de crise – as chamadas crises cíclicas. O exemplo histórico mais conhecido é a crise de 1929-33, que resultou na alternativa fordista como forma de expansão da acumulação do capital, juntamente com a ajuda do Estado keynesiano.

Durante algumas décadas foi possível manter as altas taxas de crescimento da economia, a expansão do consumo estimulado pela produção em massa e a valorização da força de trabalho e de seu poder aquisitivo. No entanto, essa expansão da produção e da realização do capital encontrou duas barreiras intransponíveis: esgotamento da ocupação de novos territórios e mercados, e a saturação da capacidade de consumo naquela escala e intensidade. Novas contradições se recolocam, pois uma vez que se buscou o aumento da produtividade por meio do uso mais intenso da tecnologia, o efeito imediato foi a redução da demanda por força de trabalho. Ao mesmo tempo em que há um aumento da produção

ocorre a eliminação dos potenciais consumidores e um excesso de capitais acumulados – crise de superprodução.(MÉSZÁROS, 2002)

Para compreendermos inteiramente o desenrolar desses fatos e suas conseqüências sociais, não podemos deixar de colocar em cena a ação da classe trabalhadora. Atuou como fator complementar a esse processo, a total acomodação da classe trabalhadora, sob influência de seus dirigentes sindicais e partidários, a uma política de negociação de classe na busca por ganhos materiais, favorecidos pela fase de ascendência do capitalismo, em troca do arrefecimento da luta de classe. Predominou o reformismo e a conciliação de classe, comprometendo a autonomia e a independência de classe dos trabalhadores, deixando-os a mercê das benesses concedidas pelo capital, enquanto duraram.

Este período não durou por mais de 3 décadas. E para apenas alguns poucos países do capitalismo avançado. Esgotadas as condições dessa fase de crescimento, nova crise vai refletir a queda das taxas de lucratividade e o acirramento da concorrência para realização do capital no mercado global. A crise se estende a todo o planeta, ainda que em força e intensidade diferenciadas. É acompanhada pela derrocada do bloco soviético e pela incapacidade de reação da classe trabalhadora, agora derrotada pela política de cooptação defendida há décadas pelo reformismo social-democrata.

A iniciativa para o enfrentamento da crise vem da classe capitalista, cujos maiores interesses têm a defender. A classe trabalhadora atua como mera observadora no processo de formulação de alternativas à crise, combatida pela derrota da alternativa soviética e a falência do reformismo do WS. Não sem demonstrar todo seu descontentamento e rebeldia como fez nas manifestações de 1968 na França, no outono italiano, entre outros. No entanto, sem poder oferecer uma alternativa de classe à incapacidade do capitalismo de resolver suas crises.

O Estado vai desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento da crise estrutural do sistema do capital. De modo similar à estratégia keynesiana, cujo objetivo fundamental, à época, foi auxiliar a aceleração do crescimento das taxas de lucratividade com a garantia política e os benefícios econômicos necessários à implementação do consumo de massa e aos investimentos em infraestrutura facilitadores da realização do capital, hoje, o Estado encontra-se novamente no seio da crise. Naquele momento como auxiliar positivo e construtivo de novas condições de desenvolvimento e progresso. Agora, responsabilizado sobremaneira pela eclosão da crise, ou seja, por ter se envolvido demasiadamente com os gastos sociais que acabaram por produzir uma crise fiscal e uma incapacidade do Estado em sustentar o grau alcançado de envolvimento com a economia e com o fornecimento de benefícios sociais indiretos aos trabalhadores, há muito condenado pelo liberalismo clássico. Com base nestes pressupostos da análise liberal da crise, o neoliberalismo vai atribuir ao Estado boa parte da responsabilidade na crise e propõe sua

retirada dos negócios privados, pois o mercado é sempre mais eficiente. Num primeiro momento a esfera pública atuou como complemento fundamental ao desenvolvimento dos interesses privados. No entanto, agora, com o neoliberalismo, o setor público deve se retirar da economia e deixar o curso livre para o setor privado cumprir sua função benéfica à sociedade.

O que vemos, no entanto, como determinante nos passos iniciais da crise dos anos 70 não foi a falência do Estado devido a sua incompetência ou desempenho de papéis inadequados. Ao contrário, ao Estado tem cabido sempre uma função social complementar, em sua esfera específica e por meio de seus instrumentos jurídico-legais, às condições materiais necessárias à acumulação e ao desenvolvimento da produtividade no sistema global do capital.

2. Excedente de Capital nos países avançados e crescimento da dívida externa na periferia

Ocorre no desenrolar destes acontecimentos uma nova demanda ao Estado para que o capital acumulado, e em excesso no sistema mundial, possa dar seguimento ao imperativo da expansão do capital. Com o esgotamento das condições anteriores de expansão, assegurada por algumas décadas de crescimento acelerado do consumo de massa e dos mercados, novas estratégias se impõem. Já não são mais prioritárias as políticas sociais de benefício indireto à realização do capital e à acomodação da luta de classes que caracterizaram o período de ascendência do capital, com o *Welfare State*. O excesso de capital acumulado necessita de novas regras de circulação e de concentração. A prioridade da acumulação desloca-se da esfera produtiva, que caracterizou o período anterior, e dirige-se à realização desesperada dos ganhos financeiros através da mundialização do capital financeiro.(CHESNAIS,1999)

Este movimento pode ser melhor percebido a partir do início dos anos 70, do séc. XX, quando os EUA, unilateralmente, rompe com o acordo de Breton Woods, cujo objetivo, em 1944, foi exatamente criar um sistema monetário internacional que superasse a instabilidade monetária e financeira manifestas na crise que levou à 2ª Grande Guerra.

Para a principal potência capitalista, que sai à frente na concorrência mundial após a 2ª Guerra, tais constrangimentos regulatórios dos negócios tornam-se insuportáveis. O imperativo expansivo do capital exige novas medidas e formas de realização, o que vai implicar em diversas medidas de liberalização e desregulamentação dos mercados, tais como, adoção do sistema de taxas de câmbio flutuantes, operação de financeiras privadas na determinação dos preços das moedas, liberalização dos fluxos de capitais, abolição dos

controles sobre o movimento dos capitais. Tal processo de mundialização financeira, conforme análise de Chesnais, se completa nos anos 80. (CHESNAIS, 1999)

Esses desdobramentos liberalizantes do sistema global do capital vem responder às novas necessidades impostas pela crise que sucedeu o período de acumulação acelerada anterior, qual seja, o período de ascendência do sistema do capital nos últimos 30 anos.

Mas qual o papel exercido pelo Estado nesse processo de liberalização da economia? Podemos atribuir a ele o papel de “vilão da crise”, como querem os liberais, e outros seus oponentes que aceitam tal tese? Qual a função exercida? Se pode atribuir a ele uma função de autonomia (no sentido de independência) diante do capital, ao ser transformado em uma das causas da crise? Neste sentido, pode-se esperar que o Estado solucione a crise, e possua os poderes suficientes para revertê-la, a partir do uso mais adequado e eficiente de seus instrumentos políticos e legais?

O que se observa, contudo, é que ao Estado sempre cabe aqueles papel e função mais adequados aos interesses dominantes do capital. Neste caso, do capital global dos países avançados, cujo excesso de capital e a urgência da lucratividade contínua e crescente exigiram movimentos distintos do Estado nos países periféricos. Ora tomando vultosos empréstimos externos, como veremos a seguir, ora comprometendo-se a pagar a dívida externa com base nos juros agora determinados pelos agentes bancários e de investimentos liberalizados, com liberdade na fixação dos juros, de acordo com os interesses do mercado e do capital global.

Novas figuras jurídicas e instituições financeiras entram no cenário mundial com peso antes impensável no capitalismo global.⁴ Companhias de seguros, fundos de previdência privada por capitalização (fundos de pensão) e fundos mútuos de investimentos portadores de volumes gigantescos de recursos financeiros saem à busca de novos meios de recuperação da lucratividade. O Estado entra novamente como agenciador dos apetites insaciáveis do capital. A partir do final dos anos 80, nos países avançados, e dos anos 90, nos países periféricos, o Estado promove a abertura dos mercados e libera o acesso àquelas atividades públicas que atraem o interesse do capital.

As privatizações de empresas estatais, flexibilização do papel do Estado na implementação de políticas sociais, transferência de funções públicas para setores públicos não-estatais, reforma da previdência, tributária, administrativa, trabalhista/sindical e universitária, ações com o intuito de derrubar todas as barreiras legais para a penetração do capital em áreas atrativas ao lucro, constituem o conjunto das medidas; juntamente com o enfraquecimento da resistência dos trabalhadores, através da perda de direitos, desemprego, precarização do trabalho e redução do valor dos salários em benefício do

⁴ Nos EUA, em 1996, “os ativos dos fundos de pensão alcançava 4752 bilhões de dólares, correspondendo a 62% do PIB americano.” (Chesnais, 1999, p.34)

lucro.⁵ O Estado tem por finalidade, como antes, tomar as medidas adequadas que favoreçam economicamente, e dêem garantias políticas, à acumulação do capital em sua nova conformação financeira (claro, preservada a base produtiva associada aos interesses comuns da acumulação global).

Ao mesmo tempo em que tais medidas vão sendo implementadas, põe-se em movimento uma outra estratégia neoliberal cuja finalidade é atender às exigências acumulativas do capital em crise, qual seja, o crescente endividamento externo dos países periféricos. Processo que iniciou-se nos anos 60, e nos anos 70, como resultante da fase final da ascendência do capital, provocou um enorme endividamento externo nos países periféricos, justificado como vantajoso pelo fato de tornar-se o motor do crescimento nacional. Ocorre que no decorrer dos anos 60 nos países periféricos, os déficits orçamentários começaram gradualmente a ultrapassar o excedente, aumentando rapidamente a dependência gerada pelos déficits, pois insanáveis com recursos próprios de uma economia em queda. (SWEETZY e MAGDOFF, 1988) Governos passam a contrair empréstimos a taxas acima da inflação e do crescimento econômico, e para pagarem os juros da dívida incorrem em novos déficits orçamentários. Para recobri-los...novos empréstimos.

À época, o excesso de capitais e o imperativo à expansão e acumulação dos capitais, ameaçados pela crise do fim do período de ascendência do capitalismo, encontrou assim uma nova forma de resgatar a economia da tendência à estagnação. Uma vez que Keynes e seus remédios, através de doses maciças de gastos deficitários, já haviam sido utilizados. Nos termos colocados por Sweezy e Magdoff (1988), não havia mais nada no “saco de truques”. Esse processo resultou na fragilidade do sistema, hoje, extremamente sensível a tensões e pressões.

O resultado foi a submissão dos Estados periféricos a condições ainda mais desfavoráveis à sobrevivência na crise, transferindo riqueza para o coração do sistema global, através da transferência de capitais e do pagamento de dívidas astronômicas mediante juros crescentes (ao sabor do mercado). Instalou-se uma relação em que estimula-se (e até mesmo comemora-se a entrada em abundância de capitais externos) a dependência do capital externo em excesso a procura de inversões lucrativas a qualquer preço, ao mesmo tempo em que exige-se (internamente) políticas de austeridade e rigidez orçamentária na execução das atividades típicas do Estado, tais como políticas sociais no âmbito da educação, saúde, habitação, assistência social, etc.

⁵ Nos lembra Mandel (1990, p.231) que “Toda crise de superprodução constitui uma agressão massiva do capital ao trabalho assalariado.” O que se traduz, segundo ele, em: mais desemprego, aceitação de perdas salariais, aceleração do ritmo da produção, piora das condições de trabalho e redução da rede de proteção social.

Liberdade crescente para o capital e austeridade e restrição para as demandas do trabalho. Essa é a lógica imanente, condutora dos desenvolvimentos históricos do sistema do capital em crise estrutural.

3. Considerações Finais

No decorrer de todas as fases do desenvolvimento capitalista, o Estado tem por finalidade sustentar uma ação coesiva que realize os objetivos acumulativos e expansionistas do capital, independentemente dos mecanismos utilizados, os quais, ainda que aparentem ser contraditórios, não deixam nenhuma possibilidade para que se coloque os interesses do trabalho acima dos interesses do capital. (Mészáros, 2002)

Dessa forma, considerando a relação, entre o Estado e a base material da sociedade capitalista, de complementariedade com funções distintas, é insuficiente analisar a crise atual atribuída ao Estado (incompetente, ineficiente, perdulário, etc...) sem articulá-la ao desenvolvimento do sistema do capital como um todo no cenário da crise estrutural. Da mesma maneira que é ilusório pensar que através de medidas administrativas racionais, gerenciais, e mais eficientes podemos reverter a relação de subordinação do público aos interesses privados da acumulação capitalista.

A incapacidade teórica de se identificar as relações de co-determinação entre o Estado e a economia (sem prescindir do primado ontológico deste ante aquele) e a crescente ação do poder político em socorro às necessidades do enfrentamento da crise pelo sistema do capital, pode desviar as atenções das forças sociais representativas do trabalho para alternativas ilusórias de recuperação do público no âmbito de um neo-keynesianismo, visando a recuperação do poder do público ante o privado. Tal desconhecimento da relação de complementariedade entre o Estado e o sistema do capital, o que significa admitir ilusoriamente que há uma independência do Estado diante dos determinantes estruturais da crise estrutural do capital, leva-nos a procurar constituir uma contra-hegemonia, que se pautada pelos princípios da reforma proposta pelo neoliberalismo, ficará prisioneira dos inquestionáveis marcos estruturais do sistema e da propriedade privada. Ou seja, sem provocar profundas alterações nos determinantes estruturais do sistema do capital não há “reforma da reforma” possível que favoreça a emancipação do trabalho.

BIBLIOGRAFIA:

CHESNAIS, F. Tobin or not Tobin? São Paulo: Editora UNESP, 1999.

MANDEL, E. "O Neoliberalismo e a Alternativa Socialista na Atualidade" *In*: VV.AA. Liberalismo e Socialismo: novos e velhos paradigmas. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

_____. A Crise do Capital – os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Editora Ensaio, 1990.

MÉSZÁROS, I. Para Além do Capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

SWEEZY, P. e MAGDOFF, H. The Irreversible Crisis. New York: Monthly Review Press, 1988.

TEIXEIRA, F.J. "O Neoliberalismo em Debate". *In*: TEIXEIRA, F.J. e OLIVEIRA, M.A. de (org.) Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva – as novas determinações do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez Editora; Fortaleza: UECE, 1996.